

**A REDE DE ESCOLAS E A ACREDITAÇÃO PEDAGÓGICA DOS
CURSOS LATO SENSU EM SAÚDE PÚBLICA: PRIMEIROS
RESULTADOS E PERSPECTIVAS DE IMPLANTAÇÃO NO BRASIL**

Rio de Janeiro, 13 a 16 de novembro de 2013

Participantes do Seminário

Alex Bicca - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Caco Xavier - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Carmen S. R. Machado – *Escola de Saúde Pública de Mato Grosso*

Cibele Aliny Siqueira Lima – *Universidade Estadual do Vale do Acaará*

Danilo de Matos Areosa Alves – *ASTEC/ILMD/FIOCRUZ*

Domício Sá – *Fiocruz Pernambuco*

Esdras Daniel Pereira – *Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS)*

Francisco Salazar - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

George Bernardo Miranda – *Escola Técnica do SUS/GO*

Gíssia Gomes Galvão – *ENSP/Fiocruz*

Gustavo Zoio Portela - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Haroldo Pontes – *Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass)*

Ivana Barreto – *Escola de Saúde Pública do Ceará*

Jéssica Rodrigues – *Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS/MS)*

Jonathan Lucena – *CEFOP Paraiba*

José Inácio Mota – *Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca*

José Ivo Pedrosa – *Universidade Federal do Piauí*

Josefa Maria de Jesus – *Secretaria de Juliana Sampaio – Universidade Federal da Paraíba*

Juliano Cedaro – *UNIR (UFRO)*

Kathie Njane – *CLAVES/ENSP/FIOCRUZ*

Kátia Reis - *CESTEH/ENSP*

Líliá Pereira Lima - *Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia*

Liliana Santos - *ISC/UFBA*

Lorena Albuquerque de Melo – *Escola de Saúde Pública de Pernambuco*

Luana Furtado - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Luiz Eugênio Portela – *Associação Brasileira de Estudos em Saúde Coletiva (Abrasco)*

Márcia de Campos - *Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso*

Márcia Pinheiro - *Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)*

Maria Lúcia Cardoso - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Maurício Roberto Campelo de Macedo - *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Murilo Wanzeler – *Universidade Federal da Paraíba*

Nelson Barbosa – *Secretaria Estadual de Saúde de Goiás*

Ondina Canuto – *Escola de Saúde Pública do Ceará*

Patricia Pol - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Regina Flauzino – *Universidade Federal Fluminense*

Rosa Maria Souza - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Rosana Cristina Pereira Parente -
ASTEC/ILMD/FIOCRUZ-AM

Rosana Mausher – *Escola de Saúde Pública do Ceará*

Rosângela Carvalho - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Roseana Meira – *Universidade Federal da Paraíba*

Tânia Celeste Matos Nunes - *Secretaria Executiva da Rede de Escolas*

Vinício Oliveira – *Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA)*

CONSULTORES EXTERNOS

Arnold Magdalaine – *École de Hautes*

Études en Santé Publique/EHESP - França

Christian Chavigné – *École de Hautes*

Études en Santé Publique/EHESP - França

Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública

Secretaria Executiva

Sede: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz

Rua Leopoldo Bulhões 1480, sala 320 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – 21041-210

<http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br>

Telefone: (21) 2598-2855

Relatoria

Alex Bicca

Gustavo Portela

Luana Furtado

Patricia Pol

Vinício Oliveira

Revisão de Textos

Alex Bicca

Andreza Fialho

Luana Furtado

Patricia Pol

Rosa Souza

Tânia Celeste Matos Nunes

Projeto Gráfico e Fotografia

Luana Furtado

Sumário

Introdução	7
Boas Vindas	9
Qualidade no Ensino Profissional: a experiência da EHESP e a cooperação com a Acreditação Pedagógica no Brasil	11
A Agência de Acreditação Pedagógica e a Qualidade dos cursos Lato Sensu	15
Acreditação Pedagógica dos Cursos Lato Sensu em Saúde Pública: o modelo adotado na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública	19
Inovações Pedagógicas em Processos Educativos em Saúde	23
A Acreditação das Formações em Saúde Coletiva como propulsora de um diálogo entre saberes e práticas	25
O processo de Acreditação Pedagógica: expectativas, produtos e resultados da experiência brasileira	39
A Formação de Avaliadores Externos	45
Principais desdobramentos/encaminhamentos	47

Introdução

Com o objetivo de dar prosseguimento à implantação de um Sistema de Acreditação Pedagógica de Cursos Lato Sensu na área da saúde pública, inédito no País, a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), promoveu o Seminário “A Rede de Escolas e a Acreditação Pedagógica dos Cursos Lato Sensu em Saúde Pública: primeiros resultados e perspectivas de implantação no Brasil”, entre os dias 13 e 16 de novembro de 2013, no Rio de Janeiro.

O evento, que ocorreu nas dependências da ENSP/Fiocruz nos dias 13 e 14, e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) nos dias 15 e 16 de novembro, foi entrelaçado com a programação do VI Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco, reuniu representantes das Escolas da Rede, da Abrasco, do Ministério da Saúde e convidados, e contou com a presença dos consultores Christian Chauvigné e Arnold Magdelaine da École des Hautes Études en Santé Publique de Rennes (EHESP).

O objetivo do encontro foi avaliar os primeiros resultados da implantação do projeto da Acreditação Pedagógica no âmbito da Rede de Escolas e traçar perspectivas para sua expansão em todo o Brasil, incluindo a criação da Agência Acreditadora, que funcionará no âmbito da Abrasco a partir de 2014.

Para a concretização e implantação desse projeto, a Rede conta com o apoio e a colaboração da ENSP; da Vice Presidência de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz; da Abrasco; do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES); e da École des Hautes Études en Santé Publique de Rennes (EHESP).

13.11.2013 (abertura) – Boas Vindas

A abertura do seminário contou com a presença da Prof.^a **Tatiana Vargas**, Vice-diretora de Pós-graduação da ENSP/Fiocruz, do Prof.^o **José Inácio Motta**, membro do Grupo de Condução da Rede de Escolas e GT de Acreditação Pedagógica, e da Prof.^a **Tânia Celeste Matos Nunes**, Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública.



O Prof.^o José Inácio falou sobre a estrutura de governança da Rede de Escolas, que possibilita uma conformação mais horizontal e participativa no desenvolvimento de ações estratégicas para a formação em saúde. O Projeto de Acreditação Pedagógica dos Cursos de Saúde Pública é uma das estratégias eleitas neste âmbito, destacou. Também lembrou a experiência anterior entre a ENSP e a École de Hautes Études en Santé Publique (EHESP), ocorrida há cerca de 10 anos, quando, de forma inovadora, foram desenvolvidos alguns instrumentos para a acreditação pedagógica no país.

Tatiana Vargas falou sobre a importância em participar daquela discussão que dialoga com as inquietações das diversas Escolas presentes sobre a formação em saúde, justamente em um momento em que a ENSP promove uma reflexão com vistas à reformulação no seu ensino. Para a vice-diretora, as constantes transformações que impactam o sistema de saúde brasileiro exigem o contínuo repensar da formação.

Tânia Celeste saudou a todos os presentes e destacou a importância desse evento para a implantação do Projeto de Acreditação Pedagógica dos Cursos Lato Sensu de Saúde Pública no âmbito da Rede de Escolas. Agradeceu a presença de todos manifestando a expectativa de que a reunião traga bons frutos para o avanço do projeto. Cumprimentou especialmente os professores Christian Chauvigné e Arnold Magdelaine, parceiros da EHESP.

13.11.2013 (palestra) – *Qualidade no Ensino Profissional: a experiência da EHESP e a cooperação com a Acreditação Pedagógica no Brasil*

Painelista: Prof. Christian Chauvigné – Consultor da École de Hautes Études en Santé

Coordenação: Prof.^a Rosa Souza, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Acreditação Pedagógica da Rede de Escolas.

A Prof.^a Rosa fez a introdução à palestra do Prof.^o Chauvigné, deu as boas vindas a todos e ressaltou a importância desse Seminário na agenda de implementação da Agência Acreditadora, desenvolvida intensamente nos últimos dois anos na Rede de Escolas.

Christian Chauvigné iniciou sua fala resgatando a experiência anterior ocorrida no Brasil, em 1996, e lembrou que, naquela oportunidade, visitou centros de formação em São Luís, Recife e Rio de Janeiro, construindo diversas possibilidades de parcerias. Apesar da riqueza da experiência, o projeto não teve continuidade.



Ao ser informado, há um ano, sobre a intenção brasileira de reativar o projeto, ocasião em que também foi convidado a retomar a participação, pediu um inventário das ferramentas desenvolvidas a partir daquela primeira experiência, constatando que havia sido construído um enorme capital. Segundo ele, o Brasil tem todas as condições técnicas para aplicar o projeto. Chauvigné advertiu ainda que o Grupo Condutor da Rede de Escolas deverá estar atento para os fatores que inviabilizaram a continuidade do Projeto naquele primeiro momento, a fim de evitá-los.

Nesse sentido, ele provocou algumas reflexões: Por que a necessidade de consultores externos, se os elementos para o projeto estavam presentes? Por que o projeto inicial não teve continuidade? Será que os empecilhos de antes não acontecerão novamente?

Diante da reflexão, os participantes levantaram questões, entre elas a importância da inclusão de diferentes atores no processo acreditador, sobretudo os estudantes. Sob este aspecto, Chauvigné afirmou que o processo acreditador deve envolver sempre professores, estudantes, funcionários da Escola e demais beneficiários da formação, sendo este um ponto chave do processo. A acreditação, por princípio, deve ser um dispositivo regulado em todos os níveis e por todas as partes envolvidas, conferindo à busca da qualidade a perspectiva de um dispositivo de regulação social.

Para o consultor, a lógica do processo de acreditação amplia a participação de atores diversos, descortina as diferentes necessidades – condição imprescindível para a produção de referenciais de qualidade mais adequados à realidade. Isto favorecerá a aproximação entre os saberes e as práticas.

Chauvigné explicou que qualidade é um conceito instável, assim como seu referencial, já que as necessidades dos atores envolvidos estão em constante mudança. Estabelecer uma cultura de qualidade, nessa perspectiva, pressupõe sensibilidade a essas mudanças. Uma formação de qualidade deverá levar em consideração as constantes mudanças no mundo do trabalho e a revisão contínua dos seus referenciais de qualidade.

O Prof. **José Inácio** ponderou que, no Brasil, os modelos executados pelas Escolas são pautados pelas necessidades sociais de saúde traduzidas pelo Estado e a pergunta que acaba sendo feita não é “que formação queremos?”, mas “quais conteúdos e qual o conhecimento

que o sujeito precisa?”. Trata-se, assim, de uma lógica contrária à proposta, o que coloca um grande desafio.

Outro ponto levantado foi a normatização e padronização de procedimentos no âmbito do processo acreditador. Christian criticou o fato de que algumas pessoas fazem da normatização um problema, enquanto ela é, na verdade, a solução: “Nenhum grupo existe sem normas”, afirmou.

Para o professor, normatizar significa criar referências para o andamento de determinado grupo, enquanto padronizar é uniformizar resposta, e que este não é o objetivo da acreditação.

O Prof.^o **Murilo Wanzeler**, destacou que houve na experiência piloto do Ceará grande preocupação em fugir da lógica de ‘ranqueamento’. Nesse particular, Chauvigné explicou que a França utiliza o modelo “A, B, C” de avaliação. Para ele, esse processo permite acompanhar o progresso e a mobilização dos atores. Depois percebeu alguns “efeitos perversos” neste modelo – alguns se acomodaram com um “A”, por exemplo. Também relatou que viu outros sistemas de avaliação que funcionam de formas diferentes. Nesse momento, Chauvigné está trabalhando no desenvolvimento de outro sistema.

Perguntado sobre os resultados da acreditação pedagógica na França, Christian respondeu que nunca houve um estudo mais profundo na França sobre os impactos da acreditação, mas que os diplomas das Escolas acreditadas passaram a ser mais reconhecidos em todo o território nacional. Disse também estar certo que produziu efeitos na formação e na eficácia profissional dos diretores das Escolas.

José Ivo Pedrosa, indagou sobre o que aconteceria se um centro não atingisse o nível ou não demonstrasse interesse no processo. Cristhian respondeu que esse é um risco que existe, mas não impede que o centro continue a funcionar.

Arnold Magdelaine, da EHESP, complementou que a etapa de auto avaliação, anterior à etapa de avaliação em si, permite um processo diferente, pois cada curso cria um referencial de competência construído a partir de vários olhares e, por isso, um referencial muito mais factível. Para ele, a boa condução dos dispositivos é o que há de mais valioso em todo o processo.

Finalizando o debate, Tânia Celeste destacou o esforço que vem sendo feito pela atual experiência brasileira, para trazer questões práticas aproveitáveis. Ela falou sobre a experiência piloto na Escola do Ceará e da boa apropriação que percebeu durante a fase da construção da autoavaliação. Para Tânia, nenhuma experiência deve começar sem um amplo debate local e o projeto prevê a execução de uma oficina em cada estado que promoverá essa discussão. A partir da Oficina, o próximo passo é a própria Escola dar início ao seu processo de auto avaliação, num momento em que se considere pronta.



14.11.2013 (painel) – A Agência de Acreditação Pedagógica e a Qualidade dos cursos Lato Sensu

Painelista: Prof.^a Tânia Celeste Matos Nunes, Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede de Escolas
Coordenador: Prof.^o José Ivo Pedrosa, da UFPI e membro do Grupo de Transição da Agência Acreditadora representando o Grupo de Condução da Rede



O painel foi coordenado pelo professor e apresentado pela Prof.^a **Tânia Celeste Matos Nunes** que começou descrevendo o processo permanente de institucionalização iniciado em 2008, e o novo ciclo sobre acreditação pedagógica a partir de 2011 no VII Encontro Nacional da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública.

Nesta ocasião, surgiram perspectivas para o projeto de acreditação a partir das quais se seguiram os primeiros passos:

- Conformação do Grupo de Trabalho sobre Acreditação composto por membros das Escolas e da Secretaria Executiva da Rede;
- Apoio formal da Abrasco;
- Apoio formal do Ministério da Saúde;
- Missão Rennes (membros da Secretaria Executiva da Rede e da Abrasco);
- Balanço com o Grupo de Condução e orientações para prosseguir;
- Criação do Grupo de Transição de Implantação da Agência (Secretaria da Rede, Grupo de Condução da Rede e Abrasco);
- Experimento na Escola do Ceará;
- Preparação do seminário A Rede de Escolas e a Acreditação Pedagógica dos Cursos Lato Sensu em Saúde Pública: primeiros resultados e perspectivas de implantação no Brasil.

A credibilidade da Abrasco no meio acadêmico e científico foi o elemento mais significativo para justificar a opção dessa entidade como Agência Acreditadora. Tânia explicou que nem as Escolas, nem a própria Rede poderiam sediar a Agência, já que elas mesmas serão acreditadas, e isso poderia comprometer o processo.

O Ministério da Saúde, por meio da SGTES, apoiou o projeto, inclusive financeiramente. Está em tramitação um projeto que prevê o apoio à realização das Oficinas estaduais à implantação da Agência na Abrasco e a formação dos avaliadores externos que atuarão diretamente no processo acreditador entre as Escolas e a Agência. Durante o ano de 2013, a ideia é garantir financiamento por dois anos, por meio do projeto que está tramitando, mas vislumbrando a sua manutenção permanente contando com a participação da Rede de Escolas e todos os seus atores.

Prof.^a Tânia ainda apontou as necessidades e expectativas para 2014 com relação ao processo de implantação da Agência Acreditadora, representada no diagrama a seguir:



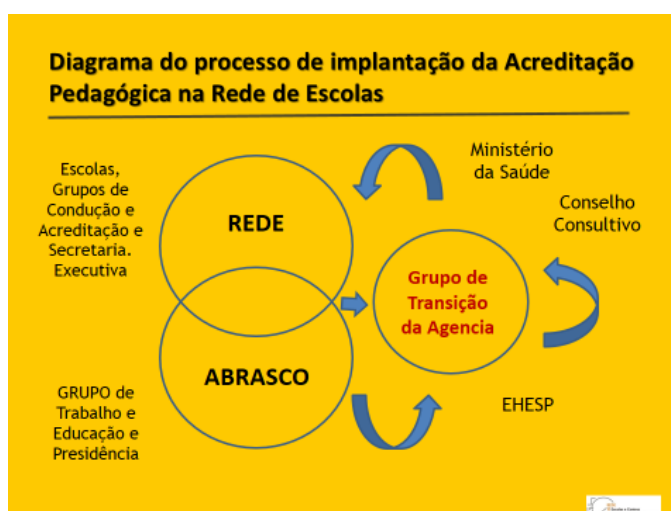
Ainda sobre a criação da Agência, Tânia ponderou que a mesma não deve ser pensada como um processo burocrático, já que o que se quer discutir nessa proposta é a qualidade da oferta, bem como promover no país a visão expandida da qualidade.

Ela deixou claro que o modelo de avaliação da acreditação não é o modelo CAPES e que é necessário ter em perspectiva que existem várias formas de melhorar a qualidade continuamente, ao absorver novas noções sobre ela. Com o amadurecimento do sistema, afirmou, essa é a discussão que precisamos realizar.

Para Tânia, a contribuição das Escolas é muito importante e as gestões do sistema de saúde precisam renovar seus olhares sobre esses centros de formação, reconhecendo-os como um investimento para a qualidade dos serviços.

Prof.^o José Ivo Pedrosa interveio ressaltando que é importante que a Escola afaste a compreensão da acreditação como avaliação punitiva. Para ele, os indicadores de qualidade podem ter diferentes concepções e o que mais importa nesse processo é a reflexão que é disparada durante toda a sua concepção, que já se inicia quando a Escola aceita participar. José Ivo destacou também o protagonismo da Rede no desenvolvimento de um dispositivo capaz de promover a qualidade das escolas inseridas nesse processo, articulando aliados e conformando um processo participativo entre os atores que vêm tornando concreta a Agência, em seu processo de transição.

Finalizando, a Prof.^a Tânia Celeste apresentou o diagrama que reproduzimos a seguir, que representa no processo interativo dos diferentes atores, na dinâmica de implantação da Agência Acreditora. Destacou que a Rede e a Abrasco estarão em contato permanente, e a Rede manterá sua atuação no sentido de contribuir para o fortalecimento das Escolas e dos seus processos formativos.



O representante do Rio Grande do Norte, Maurício Roberto, citou os novos cursos de graduação em saúde pública/saúde coletiva, recém criados no país. De acordo com o professor, é necessário repensar radicalmente os cursos atuais de pós graduação, pois, para ele, os alunos saem com uma formação muito melhor do que aquela dos especialistas e mestres. Nesse sentido, defendeu a necessidade de níveis articulados de formação, e de se pensar como se estrutura o campo de formação em saúde pública e como se integram os seus diferentes níveis.

Prof.^a Tânia Celeste concordou com o Prof. Mauricio Roberto e registrou que a chegada da graduação na saúde coletiva no Brasil de fato mudará toda a estrutura de formação nesse

campo. Ela questionou como se organizará a formação “por segmento”, lembrando que a especialização também tem seu papel na atualização do sistema e essa discussão deverá ser bem articulada. Tania apontou ainda a necessidade de serem organizados fóruns nas Escolas sobre essa discussão, no sentido de reorganizar o que chamou de “tabuleiro” da formação em saúde coletiva no Brasil.

O Prof. José Ivo Pedrosa agradeceu a presença de todos e deu como encerrado o Painel.



14.11.2013 (painel) – *Acreditação Pedagógica dos Cursos Lato Sensu em Saúde Pública: o modelo adotado na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública*

Painelistas: Prof.^a Christian Chauvigné – Consultor da École de Hautes Études en Santé Publique e Prof.^a Rosa Souza, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Acreditação Pedagógica da Rede de Escolas.

Coordenação: Ondina Canuto, representante da Escola de Saúde Pública do Ceará e membro do Grupo de Trabalho de Acreditação Pedagógica na Rede de Escolas

A Prof.^a **Ondina Canuto** fez uma saudação aos presentes destacando a importância desse processo e enfatizando o momento oportuno de realização dessa reunião.



A palestra da Prof.^a **Rosa Souza**, coordenadora do GT de Acreditação da Rede, teve por objetivo apresentar os conceitos da acreditação pedagógica e os dispositivos construídos até o momento para a implementação do projeto brasileiro, inspirado no modelo francês, mas adequado à nossa realidade e experiência.

A acreditação, afirmou Rosa, visa melhorar os cursos de uma instituição formadora através de ações claras baseadas na autorreflexão da comunidade escolar acerca das suas fraquezas e forças, buscando transformar seus hábitos institucionais. Partindo de consensos a acreditação é um exercício permanente a ser introjetado pelas Escolas a ponto de se tornar um processo natural.

A Prof.^a Rosa ilustrou diferenças entre o que é, e o que não é acreditação.

Rosa Souza também narrou a trajetória da implementação da acreditação no país a partir de 1996 até os dias atuais e apresentou a estrutura de governança da Agência Acreditadora que é formada pelo Conselho Acreditador (instância gestora do processo); pelo Comitê Acreditador

(instância acreditadora); e pela Secretaria Executiva (instância responsável pelos processos administrativos e de articulação da Rede de Escolas). Como princípios e valores da Agência, ela apontou: credibilidade e legitimidade, clareza das políticas, garantia de qualidade, transparência dos procedimentos e cultura avaliativa.

A Prof.^a apresentou os documentos construídos no Grupo e que dão suporte à acreditação pedagógica: o Caderno de Encargos, o Manual de Acreditação Pedagógica e o Referencial de Qualidade, o Guia para Auto Avaliação e o Manual do Acreditador.

O Manual de Acreditação Pedagógica é um instrumento que norteará o processo acreditador. Ele foi construído na experiência anterior e foi revisitado e atualizado pelo GT atual. O Manual possui três dimensões: gerencial, pedagógica e de infraestrutura.

Na gerencial estão explicitados os processos e atividades de gestão, enquanto que na pedagógica são explicitadas as diretrizes éticas, políticas e pedagógicas do curso, orientando e organizando a ação pedagógica e as atividades acadêmicas, pelas quais se promove a formação profissional desejada. Esta subdivide-se em outras quatro dimensões: a proposta do curso, o projeto pedagógico, a avaliação dos conhecimentos adquiridos e a avaliação do curso.

A dimensão de infraestrutura do Manual explicita as características do conjunto de docentes e pessoal técnico administrativo, dos instrumentos e suporte técnico de auxílio à formação e a área física onde as atividades são realizadas. Também apresenta quatro subdivisões: recursos técnico-acadêmicos, recursos administrativos, infraestrutura física, acervo documental e científico e suporte pedagógico.

O que É

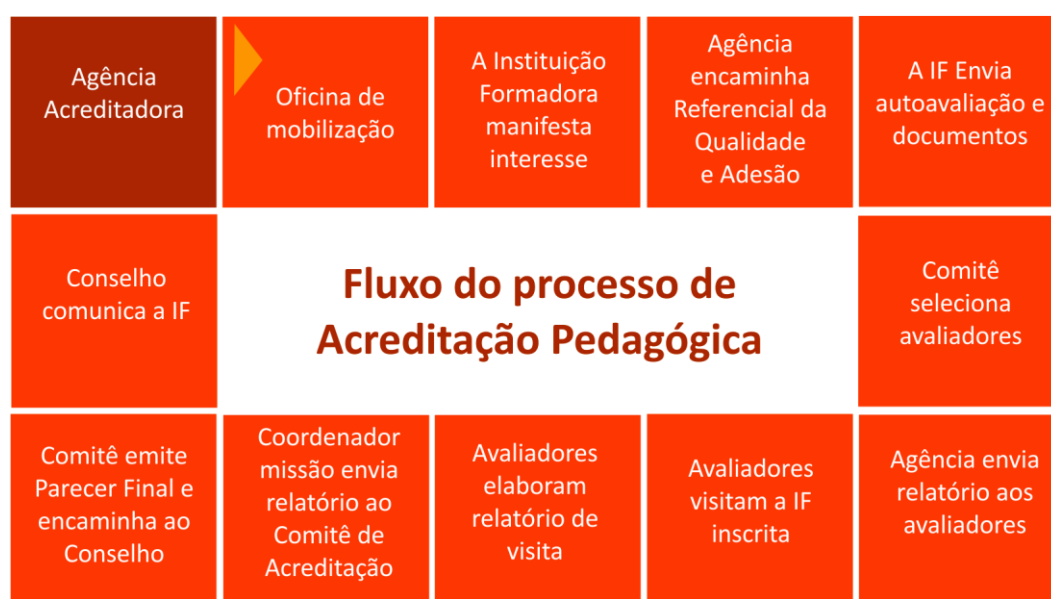
- A unidade de análise é o Curso e não a Escola
- Trata-se de um processo periódico e de adesão voluntária
- Um termo de adesão estabelece compromisso recíproco
- Visa melhorar a qualidade dos cursos de uma instituição formadora
- Estabelece-se através de um processo de consenso, racionalização e ordenamento das ações

O que NÃO é

- Ranqueamento
- Licenciamento, habilitação, credenciamento ou algum tipo de sistema classificatório

Rosa Souza

Quando uma Escola manifesta formalmente a intenção de ter um curso acreditado, recebe o Termo de Adesão para assinatura. Em seguida, ela recebe o Referencial de Qualidade que irá orientar a Escola pelos padrões definidos, à luz da reflexão do quanto a instituição se aproxima ou se afasta daqueles padrões. Este processo deverá gerar um relatório a ser enviado à Agência, que, então, enviará os acreditadores. Isto a mobilizará em torno da autoavaliação, uma vez que a elaboração do relatório gera um movimento institucional que faz com que a escolha se volte para si, para as suas condições objetivas de ofertar o curso que deseja ser acreditado.



Finalmente, Rosa destacou que a ideia da qualidade compartilhada, construída em conjunto pela Agência e pela Instituição Formadora, é o coração do processo acreditador e da formação do agente acreditador externo, que deverá atender a sete exigências:

1. Estratégia: a percepção dos desafios
2. Ética: a busca da objetividade, da integridade e da lealdade
3. Metodologia: o domínio das etapas do processo
4. Desenvolvimento: o investimento na melhoria e no progresso
5. Relação: o estabelecimento de uma ligação de cooperação
6. Tecnologia: dispor, ou se acerrar de referências no campo auditado e de ferramentas de investigação e de análise para intervenção.

7. Pertencimento: posicionamento responsável

O segundo painalista, Prof.^o Christian Chauvigné, teceu comentários sobre a maturidade do Projeto que está sendo elaborado e ressaltou que deve ser definida a terminologia de acreditados ou avaliador externo. Rosa observa que essa questão está sendo definida pelo Grupo de Acreditação da Rede.

Christian esclareceu que “acreditadores” são aqueles que participam do Comitê e “avaliadores” são aqueles que se deslocam ao local acreditado.

José Inácio ressaltou que o sistema em construção na Rede se diferencia do Sistema Capes e a escolha do termo pelo Grupo deve considerar essa diferenciação.

Murilo Wanzeler teceu comentários sobre a composição dos grupos de avaliadores e Christian Chauvigné observou que os avaliadores devem trazer o olhar externo, considerando que é uma questão de equidade. Para ele, o ponto mais importante é que todos os dispositivos, e suas etapas, estejam cobertos de confiança e livre de postura inquisidora. Acrescentou ainda que quando o relatório da Escola apresenta alguma problema pode-se pedir ao Centro Formador que reveja a sua avaliação e se o Centro se sentir injustiçado pode recorrer ao Comitê Acreditador.

14.11.2013 (palestra) – *Inovações Pedagógicas em Processos Educativos em Saúde*

Palestrante: Arnold Magdelaine, Consultor da École de Hautes Études en Santé Publique

Coordenação: Murilo Wanzeler, representante da Universidade Federal da Paraíba e membro do Grupo de Trabalho de Acreditação Pedagógica da Rede de Escolas

O Prof. ^o Murilo Wanzeler saudou a todos os presentes, ressaltando a importância do Processo de Acreditação para a formação em Saúde Coletiva no Brasil e dessa reunião, que propiciará um debate entre os diferentes atores que tem enriquecido essa experiência.

De acordo com Arnold Magdelaine, cada pessoa tem sua compreensão e sua abordagem quando se fala em inovação pedagógica. Segundo ele, é um processo que envolve ideias de estrutura, política e também de instrumentos. Não pode ser mensurada, ou examinada, a partir de resultados.



Arnold relata que, atualmente, a Escola de Rennes tenta fortalecer o elo entre pesquisa e modelo pedagógico em saúde pública e a estratégia de favorecer a aprendizagem apoiada na lógica da competência.

Ele citou como exemplo uma forma de avaliação sistemática de ensino que participa do desenvolvimento pedagógico e é avaliado pelos alunos. Trata-se de um modelo compartilhado em que todos os alunos são convidados a participar via internet. Uma equipe faz a coleta e a análise dos dados e constrói-se um relatório. Alunos, professores e demais funcionários participam da avaliação do relatório, num método denominado “olhar cruzado”, que tem a finalidade de garantir os objetivos de todos.

Para Arnold, essa é a situação ideal, apesar da dificuldade dos atores reconhecerem outros olhares sobre eles, como a do aluno sobre o professor e vice-versa. Os professores tendem a temer a avaliação e não fornecer informações à diretoria da Escola.

José Ivo Pedrosa interrogou sobre qual dispositivo era utilizado nessa experiência, para evitar constrangimentos.

Arnold considera que deve-se estar atento para que o processo não promova “acusados” e “acusadores”, desenvolvendo confiança com o tempo. É importante, sobretudo, manter um estado de espírito em que um procure se colocar no lugar do outro, para evitar o julgamento. Arnold disse que a Escola de Rennes criou seus referenciais de competências de forma compartilhada e institucionalizada. Para cada formação há um referencial próprio de competência e a partir destes referenciais criam-se os referenciais de avaliação. Nesse sentido, a lógica de competências facilitou o trabalho de avaliar porque criou critérios de aprendizagem.

Há várias equipes que cuidam dos modelos de acompanhamentos propostos – equipes de multimídias, equipe documental e outra que cuida das bases de dados em saúde pública, um apoio permanente. A Escola dispõe também de células de inovação pedagógica, que são grupos multiprofissionais de pessoas que gerenciam as informações da Escola.

É muito importante, continuou ele, que as definições sejam compartilhadas. Cada referencial desenvolvido é um exemplo de tarefas, características comuns, recursos e conhecimentos para agir nessas ações. Fazem parte dos costumes, modos e regras de ação prioritários de uma instituição complexa e, principalmente, serve aos professores na construção de suas atividades pedagógicas.

15.11.2013 (conferência) – *A Acreditação das Formações em Saúde Coletiva como propulsora de um diálogo entre saberes e práticas*

Painelista: Prof.^a Christian Chauvigné – Consultor da École de Hautes Études en Santé Publique

Essa Conferência integrou também a Programação do VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco, que teve como tema central "Circulação e Diálogo entre Saberes e Práticas no Campo da Saúde Coletiva".

A Prof.^a Tânia Celeste apresentou e saudou a presença do Prof. Chauvigné, ressaltando o histórico de contribuições que o mesmo tem trazido para a implantação de um processo de acreditação pedagógica no âmbito do lato sensu em Saúde Pública no Brasil. Suas contribuições permitiram construir um referencial para o projeto, que vem sendo consensuado no âmbito da Rede de Escolas, e sua dedicação ao projeto tem consolidado uma parceria importante entre a ENSP/FIOCRUZ e a École de Hautes Études en Santé Publique da França.



Christian Chauvigné na íntegra:

Agradeço a Abrasco e a Rede de escolas em saúde pública por ter me convidado a trocar algumas ideias e análises sobre acreditação pedagógica das formações. Eu me chamo Christian Chauvigné e eu tenho uma dupla função atualmente. Sou responsável por um centro de apoio para melhorar a qualidade da Escolas de Altos Estudos em Saúde Pública da França e professor associado

em psicossociologia porque se trata da matéria que eu comecei a ensinar na universidade onde eu ensino a psicólogos do trabalho e de empresa.

É importante identificar as duas funções porque eu exerço uma função de organização para mobilizar e fazer melhoras dentro das empresas. Também tenho um pé no ensino e na pesquisa e as referências que eu uso são em grande parte ligadas à minha formação de psicossociologia. Na análise da qualidade eu faço algumas referências ao conhecimento psicossociológico no sentido amplo.

Eu tive a possibilidade de implantar e dirigir um dispositivo de acreditação de formação e desenvolver todas as ferramentas que permitiram ao instrumento funcionar e também tive a possibilidade de abrir esse trabalho de pesquisa internacionalmente, porque parecia interessante analisarmos as práticas aplicadas em vários pontos do mundo sobre a qualidade no meio profissional, e portanto, eu tive a oportunidade de trabalhar com a rede internacional de agências de garantia de qualidade.

Na época tinha como missão desenvolver boas práticas em garantia de qualidade no campo universitário, acadêmico. Como nós sabemos eu trabalho há muito tempo com o programa de implantação da acreditação pedagógica no Brasil porque os nossos primeiros trabalhos começaram no século passado. São quase 16 anos que eu mantenho um relacionamento, não constante, renovado com as equipes brasileiras.

Dentro do Congresso, eu iria apresentar a acreditação pedagógica do ponto de vista mais analítico, usando algumas referências das ciências sociais, mas o diálogo entre saber e prática é umas das minhas preocupações há muito tempo, tanto como participante desse processo de acreditação, como professor pesquisador e professor formador que tem de preparar bases para funções complicadas – e a questão do diálogo entre o saber e a prática sempre foi um ponto que me interessava. Então eu aceitei o desafio de falar de um tema que não é fácil, porque o tema é saber como a acreditação pedagógica dos cursos em saúde pública pode favorecer o diálogo entre o saber e a prática.

Eu dizia no início que se trata de um desafio porque não é nada assim tão claro fazer essa relação entre a acreditação e esse diálogo (o saber e a prática), simplesmente porque a acreditação é muitas vezes percebida como um processo de normalização do saber exterior, ou seja, quando se vê o controle não se vê o diálogo imediatamente. O que eu tentarei mostrar na conferência é que justamente a questão principal era reforçar o diálogo entre a acreditação pedagógica e o desenvolvimento destes saberes e práticas.

Eu vou então dividir a minha apresentação em dois tempos: o primeiro eu volto aos princípios básicos sobre a garantia da qualidade. Num segundo momento pretendo mostrar como a garantia da qualidade pode ajudar no diálogo entre saber e prática.

Antes de mais nada, falar de acreditação é falar de garantia de qualidade, ou seja, a acreditação dá garantia à qualidade, melhorando-a, inclusive. Na verdade a questão inicial é saber o que é qualidade. Que objeto estranho é esse que provoca uma adesão unânime quando se fala dela e provoca discussões sobre seu conteúdo? O que é qualidade, então?

O problema não está apenas nas representações em comum, mas nas representações de uns e de outros, nas práticas desenvolvidas ao redor da qualidade que mostram concepções diferentes. A qualidade poderia ser limitada à satisfação do consumidor, do beneficiário? A qualidade tem a ver com o objetivo que se deseja alcançar? Fazer o que se diz? A qualidade é a pertinência dos objetivos mais buscados que outros, que poderiam ser analisados como indicadores e partir do princípio que, com esses pontos de análise, poderíamos dizer que uma empresa está com bom nível de qualidade?

Seria a qualidade uma eficiência? A primeira definição da qualidade é que a eficiência chegue em primeiro lugar – otimizar a relação entre resultado e o custo. A qualidade seria uma melhoria contínua de uma maneira geral? A ideia de melhorar sempre? Ou seria responder essas normas limítrofes e de uma certa maneira assegurar aquele mínimo necessário?

O problema principal é que a qualidade não é um conceito científico e sim avaliativo. E é uma definição que foi feita por organismo normativos como a ISO, por exemplo, uma organização internacional de padronização. Desse ponto de vista é importante ver como a ISO veio evoluindo a sua definição de qualidade. Em 1982 nós temos a primeira definição de qualidade, como sendo um produto, um serviço que satisfaz com o menor custo, que satisfaz a necessidade dos utilizadores. Aqui nós vemos a questão do custo.

Em 1987, ocorre a evolução para “um conjunto de características de um produto ou serviço para satisfazer as necessidades expressas, ou implícitas. E, em 1994, nós temos mais uma evolução, e embora pareça um pouco com a anterior, “é o conjunto das características de identidade que dá aptidão para satisfazer necessidades expressas, ou explícitas e implícitas.

Em 2000, muda-se a definição e torna-se um conjunto de características que satisfazem exigências. Observem que as necessidades se tornaram exigências, e fica claro que uma exigência não é implícita, ou seja, abandona-se a ideia de que a qualidade pode responder necessidades implícitas, fazendo-se uma extrapolação.

A próxima definição do ISO deve ser que a qualidade é aquilo que atende às minhas normas. Então fecha-se o ciclo e a tautologia fica perfeita. Mas como vocês verão a ideia básica não é falsa, porque pode-se dizer que a qualidade para ISO é aquilo que responde às suas normas.

O que se pode dizer da qualidade tentando ir um pouco mais longe? Nós temos que dizer que a definição mais utilizada no mundo atualmente, é a definição próxima da definição de 1984. Ou seja, a ideia de que a qualidade é o conjunto das características de uma entidade com aptidão de satisfazer as necessidades implícitas e explícitas.

Essa definição é muito clara, porém, quando entramos na análise vemos que as coisas são mais complexas do que parecem, porque atrás dessa definição muito simples surgem questões de como identificar as necessidades, como hierarquizá-las, como validar coletivamente essas necessidades hierarquizadas, como intuir as necessidades evolutivas, considerando que de uma década para a outra, as necessidades de uma mesma categoria, beneficiários e consumidores, podem variar. E como levar em conta a heterogeneidade de um mesmo grupo de usuários e beneficiários, ainda mais no campo da formação em que os beneficiários são múltiplos e não têm as mesmas perspectivas da necessidade da formação.

Imediatamente nós pensávamos que tínhamos uma boa definição e rapidamente também percebemos que estamos num impasse – que não estamos respondendo à pergunta principal: o que é a qualidade? Em que nos fundamentamos para falar isso? No fundo podemos dizer que a qualidade tem relação com as necessidades, mas isso é flutuante. Então posso dizer, e não é pra provocar, eu digo frequentemente que ela não existe. Eu deveria dizer que a qualidade em termos absolutos não existe. E você tem que desconfiar muito quando as pessoas acham que é natural, porque se ela se impõe a si mesmo é uma definição tecnocrática. Devemos ter cuidado com os discursos de que a qualidade é natural.

No fundo o que vai nos dar informação sobre a qualidade é a análise de práticas que são empregadas em seu entorno. E quando analisamos os atores que se interessam pela qualidade, nós vemos que essa referência se constrói em torno de negociações entre beneficiários e produtores de serviço e produtos, para chegarem a um acordo sobre uma dada transação. Aqui, por exemplo, a formação, mas poderia ser qualquer outro tipo de transação.

Isso nos faz buscar um meio termo, em vez de consenso. Um acordo que satisfaça as duas partes. É uma negociação, porque alguns têm que abandonar algumas expectativas em relação à qualidade, e de fato a qualidade uma vez definida, satisfaz mais uns, menos outros, e pode não haver resposta completa para cada um dos atores em relação às expectativas como eles as veem. Isso explica porque alguns atores consideram que a qualidade que é referenciada é limitativa em relação às expectativas, porque forçosamente, o negociável tem limites.

E por ser negociado é uma qualidade relativa, situada num tempo e se lida num espaço sócio cultural dado. A descrição de qualidade do Brasil não será a mesma que constará nos referencias da França, porque existem necessidades de naturezas diferentes e algumas são satisfeitas, outras não. Em todo caso, definir um referencial é sempre de maneira situacional.

Eu proponho, finalmente, uma definição que aparentemente se distingue pouco da que eu apresentei no início, mas que é um ponto muito importante: a noção de socialmente reconhecido. Eu não me incomodo em dizer que a qualidade é um conjunto de características de um produto que possa satisfazer uma necessidade, mas é uma coisa que é socialmente reconhecida e que é aceita no momento dado.

Podemos dizer também, de maneira geral, que a qualidade é uma construção social que contribui a limitar essas implementações econômicas e sociais. No fundo, o papel principal de garantir a qualidade é limitar as incertezas dos beneficiários no âmbito de uma transação.

Falamos da qualidade e agora eu quero falar sobre a garantia da qualidade. Vocês verão que podemos ter dois olhares sobre essa garantia; uma visão *stricto sensu* da garantia e no fundo garantir a qualidade no *sensu stricto*, supõe uma definição, uma expectativa, referenciais. Supõe que se verifique se aquilo que foi descrito está realmente implementado, se há verificação periódica pelos atores, e se desejarmos que isso permita uma melhoria, temos que remediar os problemas que existem entre o referencial e o que foi constatado.

A qualidade num *sensu amplo* é um pouco diferente. Vamos cuidar mais do desenvolvimento de uma cultura da qualidade em que o conjunto de atores de uma instituição vai estar muito sensibilizado para que reflita sempre sobre as necessidades as quais ele corresponde. Tem que estar numa perspectiva de melhoria da qualidade, num momento dado em que possamos ir além do referencial, que é uma base, mas o espírito é ir além. Estar nessa lógica de pesquisa, de melhoria das respostas às necessidades. Isso quer dizer também reexaminar regularmente o referencial, porque as necessidades não têm uma vida muito longa, sobretudo na nossa sociedade tão mutante.

No fundo, podemos dizer que a acreditação é uma garantia externa da qualidade. A garantia da qualidade pode ser externa e interna. A garantia externa vem sempre apoiar a garantia interna. Todas as organizações consideram que o papel não consiste na garantia exterior da qualidade; o papel consiste em permitir à instituição garantir a sua própria qualidade. Isso é um detalhe muito importante e eu insisto muito sobre essa questão. Há uma unanimidade das partes das agências que consideram que não cabe a elas melhorar a qualidade. Mesmo que você seja um perito dentro da organização, não é com intervenção externa que você vai mudar as coisas. A mudança é sempre interna. O trabalho do externo é dar ferramentas para essa transformação interna.

Logo, vamos dizer que a acreditação tem como função principal mobilizar a instituição para que ela responda melhor aos critérios de referenciais que foram coletivamente escolhidos. A decisão de acreditação é um ato de valorização, é o reconhecimento da qualidade, realizado e realizável, pela organização que foi avaliada. E com o olhar através de um referencial mobilizado.

O que eu constato e constatei através das minhas análises, é que existem duas visões da garantia da qualidade. Duas lógicas, opostas às vezes, sem que sejam inconciliáveis, mas que constituem duas visões sobre a garantia da qualidade. Quer você esteja do lado da securização, ou do lado da dinamização. Se você estiver ao lado da securização, o que vai ser importante é verificar a conformidade: “vamos ver se está tudo no conforme” – isso é que é importante. Serão as exigências garantindo o mínimo e neutralizando os fatores de insatisfação.

Se inversamente, eu estiver na dinamização, eu vou cuidar mais das competências para garantir o seu próprio desenvolvimento. Seu desenvolvimento no sentido da qualidade. Eu vou cuidar mais sobre a melhoria, como ela é pensada dentro da organização, vou ter mais uma lógica de referência do que de exigência. São verdadeiramente duas tendências que estão dentro da garantia da qualidade.

Por exemplo, nas práticas de seguro de qualidade que estão ao lado da securização, o que domina e o que constitui a estrutura desses textos é a securização, onde efetivamente vamos ver a conformidade, as exigências.

Eu diria que essas concepções não são inconciliáveis, no entanto há uma que cria problemas, a securização onde o risco é que isso nos leva a multiplicar os procedimentos, a padronizar as necessidades e estimular a conformidade. Eu não acho que esses três eixos sejam garantidores da qualidade e eu vou mostrar porque.

O que nós podemos dizer é que há práticas de garantia que foram verdadeiras fábricas. Vocês tem organizações, com centenas de procedimentos. Um diretor de hospital me disse um dia: “como é que você quer que meu pessoal, que é cuidador, faça alguma coisa sem procedimentos, quando eles intervêm em tal circunstância?” Então não é factível. Efetivamente esse diretor indicava um problema real. É o limite do trabalho. Como nós podemos conscientemente multiplicar os processos, sabendo que os atores vão chegar simultaneamente a se encontrar numa situação? Isso em termos absolutos, numa situação,

não é sempre fácil você lembrar todos os procedimentos. Então isso cria um verdadeiro problema.

Nós sabemos na psicologia que há limites em multiplicar os processos, na verdade é um risco. Ainda mais porque implementar um procedimento, por um lado é sobrerresponsabilizar e desresponsabilizar. Porque desresponsabiliza o operador da sua maneira de fazer, que vai pensar por ele, e paradoxalmente, essa desresponsabilização vem acompanhada de uma sobrerresponsabilização, e será ele mesmo que será responsabilizado se não aplicar o procedimento. Às vezes isso exige a organização de confrontar uma situação real. Em todo o caso, se acontecer uma coisa ruim, podemos dizer que o procedimento estava ali e se alguém não aplicou a responsabilidade é dele. Então a questão da possibilidade, ou não de fazê-lo, raramente se coloca.

Enfim, o risco na aplicação de procedimentos é a perda de sentidos, quando nós aplicamos o procedimento e não sabemos mais porque o aplicamos. Simplesmente aplicamos. Mas como o sistema da verificação da qualidade é baseado na rastreabilidade, vamos estabelecer traços, reconstruir rastros. E aqui tem exemplos muito precisos no mundo hospitalar, das coisas que são ouvidas.

O pessoal que cuida pergunta ao outro: “você pensou em limpar bem a mesa?”. E outro responde “não”, mas está escrito no caderno. “Não pensei, mas está escrito”. Ou seja, em momento algum o rastro, aquilo que fica de referência no que foi feito, nem sempre é claro em relação ao que deve ser feito. O risco é que há procedimentos muito importantes, com a perda de sentido, ou seja, um trabalho de inteligibilidade feito em torno dos procedimentos existentes, mas com perda de sentido, e que nem sempre damos importância. Às vezes mostramos os sinais do que foi feito e outras não. Então há uma coisa meio perversa em torno disso.

Outro problema é a padronização que cria um verdadeiro problema para muitas atividades, que supõe uma adaptação a uma situação. Padronizar coloca o risco numa situação crítica, de ficar em dificuldade. Arnold, deu exemplo ontem do piloto de avião que havia aterrissado sobre um rio. Se ele tivesse aplicado estritamente o protocolo, o avião iria cair. Ele saiu do protocolo e assim salvou todo mundo.

É claro que na formação você não vai elevar ninguém a essa catástrofe; na formação há um papel modesto. Mas apesar disso, há questões que estão integradas quando nós pensamos na qualidade. Por outro lado, nas situações de formação, aí a normatização é contrária. Você tem

que desconfiar dela nesse texto. A chamada conformidade, ou apelo à conformidade, também é um problema, porque o estímulo à conformidade é pouco compatível à tomada de decisões, considerando novas necessidades. Ela é pouco sensível à lógica da criatividade.

Então, pessoalmente, por ter observado muito as organizações que funcionam, eu acho que a criatividade e a iniciativa em geral vai servir a qualidade. E se a qualidade é a única representação que as pessoas têm com o procedimento, e se essa representação que as pessoas têm é conformidade, na minha opinião, não é isso que vai alavancar a qualidade.

Eu estou fazendo uma análise crítica um pouco sistemática dessa questão da garantia da qualidade. Podemos sempre nesses espaços críticos nos perguntar sobre a melhoria contínua da qualidade. Quando nós evocamos a melhoria da qualidade, alguns de você certamente já fizeram cursos de gestão de organizações, são linhas que têm sempre um referencial.

No diagrama abaixo encontramos esse traçado da linha. O que temos que saber é que essa rota de linhas tem um certo centro. Stuart, um engenheiro pesquisador americano que havia feito uma produção científica da qualidade nos anos 1920, estabeleceu esse círculo que hoje é bem pertinente. Na minha opinião hoje é muito mais amplo. Você faz, você verifica. É simplesmente um sistema de ação, não é um esquema típico da qualidade. Em todo o caso, não é impertinente tomar esse círculo de Stuart como uma boa ilustração.

Eu encontrei por acaso essa imagem de Sísifo empurrando a sua pedra montanha a cima e imediatamente fiz uma ligação entre as imagens. Essa ligação deu um sentido pra isso e eu gostaria de compartilhar com vocês.



Não sei se todos conhecem o mito de Sísifo. Sísifo foi punido pelos deuses, por que ele os havia provocado. Zeus pune Sísifo com esse castigo terrível de todo dia ter que empurrar uma pedra pra cima de uma coluna pra que ela caia depois. A perspectiva de um processo que nunca acaba, representada pela punição dada a Sísifo, é um processo que nós também encontramos na roda de Deming. Ou seja, estamos num processo que qualquer que seja o nível atingido, nunca é suficiente. É necessário continuar sem cessar. Os indivíduos e as organizações devem fazer sempre o melhor.

Essa ideia de produção indefinida é um traço de cultura e corresponde ao que chamamos “mito da modernidade”, que tem a ver com progresso e desenvolvimento que seria infinito, ou seja, numa rota de Sísifo, nós teríamos que desenvolver sem fim, sempre trazendo seus recursos.

Muitas análises das organizações mostram que essa representação pode produzir efeitos perversos que são patogênicos também para a pessoa e a organização – pressão dentro da empresa, depressão relacionada à problemas trabalhistas, que nesse tipo de lógica tende a buscar a satisfação, sem conseguir atingir algo que é impossível de atingir. Algo que afeta as pessoas e que cria problemas nas empresas.

Pode-se dizer também que em alguns casos, a garantia de qualidade, ainda fazendo referência a Sísifo, é um inferno cheio de boas intenções. O inferno é feito de boas intenções, todos nós sabemos. Camus que escreveu sobre o mito de Sísifo e diz que pode-se imaginar um Sísifo contente e ele explica o porquê. Ele diz que a luta para cima basta para preencher o coração de um homem, aquela luta para chegar até o fim. Então, sem dúvida, pode-se imaginar que o Sísifo seja feliz. De uma maneira mais fácil, pode-se imaginar Sísifo desesperado porque jamais vai conseguir chegar ao topo. Desse ponto de vista, o esquema de Deming é muito mais perverso do que a representação de Sísifo, porque o declive dado por Deming como o local que se dá a progressão, jamais acaba. Não tem nem topo. Pelo menos para Sísifo tem um topo, um cume da montanha. Mas na representação de Deming nem isso existe. Isso supõe a ideia que o processo é sem objetivo e sem fim.

E agora que eu desconstruí um pouco a imagem do processo de garantia de qualidade, eu vou tentar reconstruí-lo. Sobretudo para melhoria e garantia de qualidade como objetivo. Ela tem sim um objetivo que é bastante fácil de ser visto porque pode-se vê-lo na maioria das definições sobre garantia de qualidade e da melhoria da qualidade. O objetivo básico disso é justamente passar confiança, dar confiança, desenvolver a confiança. É um objetivo que atualmente é muito complicado de atingir.

É interessante constatar que muitas disciplinas falam sobre a confiança e sua função é uma espécie de unanimidade por parte dos sociólogos, economistas, psicólogos, politólogos, que consideram a confiança como determinante das relações e ligações sociais. A confiança é buscada nos contextos específicos, no cuidado com o outro, situação de uma resposta e falta de controle com relação ao resultado.

É necessário saber que a confiança não é decretada, ela é construída nas interrelações sociais, e também a partir de pressupostos. Os indivíduos vão respeitar alguns tipos de normas sociais. Em pouco tempo, cerca de 10 anos, eu pude trabalhar com a garantia da qualidade, eu pude trabalhar com valores, a criação de valor nas empresas e é uma coisa que me surpreende. Nós vemos vários pontos que aparecem nos trabalhos de 1980, 1990, e surge de uma maneira que eu acho que não se deve ao acaso.

Quando os trabalhos em economia, em gestão e ciências políticas integram a confiança como fazendo parte desses valores, indica uma preocupação com a crise em vários campos da vida social. Pode-se entender porque, inclusive, por causa das mutações sócio-econômicas pelas quais passam a nossa sociedade. Vamos nos lembrar que essas mudanças são profundas e modificam os indivíduos, as interrelações e também as relações do indivíduo com o grupo do qual ele faz parte. Trata-se do individualismo do ponto de vista sociológico, das interrelações em um nível globalizado.

Atualmente, o indivíduo para administrar essas interdependências precisa fazer várias escolhas. Num certo tempo atrás nós víamos que a maior parte das transações sócio-econômicas aconteciam em círculos fechados, pequenos, e a confiança era baseada sobre o fato de se conhecer, para saber se pelo menos nós seríamos bem servidos nas nossas necessidades. Atualmente não funciona assim. A confiança é baseada não na durabilidade das relações – estou falando aqui no sentido das transações.

Então como é possível recuperar a confiança nesse contexto? Nós temos que tornar mais visíveis as atividades que vão permitir atender essa necessidade, especificar as características da oferta de produtos e serviços e as expectativas. E também é com isso que tem a ver o referencial, que indica que nós temos que definir, em termos de expectativa, quando se quer um serviço. Não sei como funciona aqui no Brasil, mas o que eu vejo na França e na maioria dos países, atualmente, é que estamos numa referenciação sem fim. Nós temos vários tipos de referências de competência, de qualidade e outros. Mas essa necessidade de produzir referenciais tem a ver com a necessidade de saber como vai funcionar, porque a gente não tem mais certeza de nada. Trata-se de um indicador que tem a ver com a criação da confiança.

Então como fica a questão do diálogo entre saberes e práticas e a garantia da qualidade e o que significa pensar na circulação entre saberes e práticas? É perguntar a relação entre pesquisador, e formador, interveniente ou participante dessas relações. Saber se o espaço da formação constitui um local privilegiado para que esses elos e ligações possam ser construídos. Isso não fica claro, porque nesse sentido, quando se fala na qualidade da formação e quando se interessa na relação entre o saber e a prática, nós vemos que há uma certa tensão, em geral quando se faz um intercâmbio com o formador sobre a questão da qualidade.

Todo mundo concorda que o saber tem a ver com a atualização e é melhor saber se atualizar, sendo a atualização o produto ou resultado da pesquisa. Quando se fala da percepção dos profissionais, a perspectiva é um pouco diferente, porque em geral pensa-se que a qualidade de uma formação depende da capacidade de um profissional de enfrentar aquelas situações que ele tem que enfrentar. Então vai depender um pouco das situações.

Vê-se bem que nós não temos o mesmo ponto de vista, mas isso leva um debate entre os conhecimentos e as competências. Eu não sei se o que eu vou dizer vai tranquiliza-los, porque essa tensão entre profissionais está presente no mundo inteiro e ela se traduz da seguinte maneira: são queixas feitas pelos pesquisadores e formadores, as pessoas que não levam em consideração o saber mais recente, e as queixas da pessoa da vida prática de que os pesquisadores nunca levam em consideração o que eles precisam. Tem a ver com as queixas da relação do saber, como por exemplo, algo muito teórico em que as pessoas acham que a teoria é demais. Sem dúvida, a teoria pela teoria não basta. Eu acho que essa tensão é irreduzível, ou seja, nós não podemos eliminá-la. Ela é, inclusive, produtora de melhoria porque, de um lado não há boas práticas que não sejam fundadas sobre as possibilidades de melhoria. Mas uma boa formação é aquela que permite a alguém enfrentar as situações. Uma pessoa que sabe muitas coisas teóricas, mas na parte prática não sabe nada, não é nada de bom.

Então agora eu gostaria de comentar sobre o modelo básico sócio cognitivo de competência que pode contribuir para o duplo reconhecimento do saber e da prática. Um questionamento recíproco, num processo de desenvolvimento de organização cognitiva dos comportamentos. Eu espero que vocês entendam pelo menos o sentido geral, porque o que há de interessante aqui é que não se trata do saber como tal, saber prático ou teórico.

Existe um saber prático também. Não é um saber em si que faz a prática, mas o saber para informar a prática deve-se tornar um conhecimento adaptado às situações, é o que nos

ensinam as pesquisas sócio cognitivas sobre o desenvolvimento da qualidade. É saber digerir; é o saber alterado, degradado de conhecimento, que se articula no seio das práticas.

Aliás, há uma readaptação e é a capacidade de se adaptar a uma situação nova em uma profissão específica, por exemplo. Essas adaptações são exigidas pelos conhecimentos que foram construídos no assunto. Mas adaptações durante a ação estão na base dos novos conhecimentos práticos. Nós podemos dizer que as competências se recriam e evoluem na ação.

Eu não sei se há psicólogos ou sociólogos aqui. Eu sempre encontro pessoas que sabem um pouco disso que dão conta desses processos: favorecer o diálogo entre saber e prática. Há muitos obstáculos e os formadores têm uma responsabilidade, todos aqueles saberes que vêm da pesquisa, algo que se impõe à prática, e não facilita a apropriação pelos profissionais. Com muita frequência são minimizados e os profissionais não poderiam agir, a não ser que produzissem um saber de ação, que faz parte de uma base que vem de várias ciências diferentes.

Há saberes práticos que são construídos por pesquisadores pragmáticos, mas nem sempre vê-se a relação com o saber mais intelectual produzido sobre aquela prática. A transferência do saber científico para a prática é uma questão complexa. Eu acho que a questão do desenvolvimento de competências individuais e coletivas trata principalmente em fazer o confronto entre o saber científico e o saber da ação.

É assim que tanto um como outro se complementam. Esse confronto pressupõe uma relação interdisciplinar entre o saber científico e também com os saberes de ação, fundados em boas práticas por exemplo. É importante haver essa confrontação desses saberes científicos. Por exemplo, os pesquisadores que têm contato com o profissional prático, há todo um confronto – o pesquisador de um lado e aquele que aplica na prática do outro, trocando ideias. Porque os pesquisadores têm muitas questões interessantes que vem das práticas.

Eu acho que locais como esses aqui, como esse colóquio, que reúne pesquisadores, professores e práticos da saúde pública, são muito favoráveis para estabelecer a confrontação entre os diferentes sistemas, beneficiando novos objetivos e novos métodos de intervenção. Você vai ver que esses confrontos vão também ser incorporados nas práticas de melhoria da qualidade.

Eu falei ainda há pouco sobre as tensões que haviam entre os pesquisadores e formadores no campo da saúde pública. Essas tensões criam falta de confiança. Eu vejo sempre que de um

país para outro, muitas pessoas mostram desconfiança – estudantes em relação aos professores...

Antigamente, quando não estávamos nessa nova economia, onde todos podem argumentar infinitamente, a palavra do professor era praticamente sagrada. Hoje não – ele vai ter que competir com outros discursos também. O estudante, então, nem sempre tem confiança no seu professor. O professor nem sempre tem confiança nos colegas, nos pesquisadores.... Enfim, a confiança não é estabelecida imediatamente e tem que ser construída.

A acreditação pode ser uma ferramenta que vai fazer voltar a confiança, que tal dispositivo possa criar isso. E frequentemente é o problema. Nesse contexto não há confiança sem diálogo, não há confiança sem meio termo, não há confiança sem implicação das diferentes partes envolvidas em diferentes âmbitos da acreditação. Não vou entrar em detalhes, mas o que eu observo, simplesmente, é que as boas práticas mostram que um referencial que é amplamente debatido entre todos os participantes, é mais reconhecido e mais valorizado e vamos investir mais nele.

Diferentes atores são solicitados quando entramos nos referenciais de formação em âmbitos e situações que vão se repetir. E em que esse dispositivo pode interrogar, perguntar, sobre a relação entre saber e prática. Eles podem colocar o dedo nessas questões. Uma das referências que você encontra desenvolvido pela Rede de Escolas de Saúde Pública é a construção de um projeto pedagógico que não pode ser discutido entre professores somente, mas também entre partes externas – representantes de saúde, pessoas do governo, entre outros.

É muito importante conceber que a formação não é somente produzida num centro de formação. Por trás disso temos muito a ganhar com melhor pertinência dos produtos que tem que ser propostos.

Gostaria de concluir dizendo que há condições para que a garantia da qualidade e acreditação sirvam para o desenvolvimento do diálogo. É melhor que a acreditação seja percebida como alguma coisa que ajuda a confiança, antes do que um controle. Se for pela perspectiva do controle, não vai funcionar. Mas se for concebido como uma capacidade de dialogar, de se colocar de acordo e verificamos juntos, não existirá problema. Vai funcionar.

Parece-me que um diálogo fecundo entre saber e prática tem que existir confiança. Se não houver confiança não haverá diálogo. O diálogo pressupõe a compreensão, a perspectiva do outro e a confiança. No caso do processo que nos anima hoje, a acreditação, o processo de co-

construção entre participantes é o tema central que deve nos remeter à participação à sinceridade no processo. Isso é um ponto totalmente central. Essas são as ideias que eu queria compartilhar com os senhores e podemos fazer trocas. Eu sou muito falador, um falador incontrolável.

Ao final da Conferência foi aberto espaço para que a plateia pudesse se manifestar.

José Ivo Pedrosa, refletiu que a existência de determinada coisa depende do compartilhamento do ponto de vista, e que, nesse sentido, concordava que a qualidade, como conceito fechado, não existe, porque no momento da produção do ato de cuidar, convergem, no mínimo, três culturas diferentes: a cultura dos médicos, a cultura da equipe de



enfermagem, da equipe dos auxiliares, além da cultura dos usuários. Para o Professor, a Acreditação evidenciará estas diferenças culturais, lembrando do que Paulo Freire chamava de “inédito viável”, que é a construção de uma nova cultura a partir de culturas distintas, estratégia imprescindível ao cuidado integral em saúde. José Ivo também apontou para a necessidade da formação de bons avaliadores.

Adriana Aguiar, destacou a tensão entre o saber teórico e a prática profissional em relação às pesquisas acadêmicas, frente à pressão por publicações de artigos científicos que nem sempre as privilegiam.

José Inácio destacou a categoria confiança como tema central e que o mesmo está tensionado num mundo globalizado intolerante e com tecido social esgarçado. Salientou que o foco da dimensão pedagógica muitas vezes sobrepõe a perspectiva metodológica e que é necessário colocar o próprio saber sob suspeita, num momento onde nunca se produziu tantos saberes e nunca tantos saberes foram tão insuficientes pra explicar nossa própria complexidade.

Chauvigné valorizou as perguntas da plateia. Reconheceu que há visões contraditórias no processo de ensino na relação entre saberes e práticas, pesquisa e ensino, mesmo quando falamos em interdisciplinaridade. Advertiu que temos que saber como gerenciar o saber e intervir nos sistemas de valorização.

16.11.2013 (palestra) – *O processo de Acreditação Pedagógica: expectativas, produtos e resultados da experiência brasileira*

Painelistas: Prof.^a Rosa Souza, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Acreditação Pedagógica da Rede de Escolas.

Rosa Souza descreveu a experiência implementada na Escola do Ceará. O primeiro passo foi a realização de uma ampla Oficina de mobilização, que contou com a participação de diretores de outras escolas da Rede, Abrasco, representantes do Conselho Estadual de Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado. Da comunidade escolar, participaram alunos, professores e outros funcionários – secretaria, biblioteca etc – da Escola do Ceará.



A Escola assinou o Termo de Adesão, recebeu o Referencial de Qualidade com os padrões referenciais, mobilizou-se internamente e deu início ao seu processo de auto avaliação. A Escola submeteu o curso de Especialização em Vigilância Sanitária ao processo acreditador, através de carta enviada pela direção da Escola à Agência Acreditadora. O referencial deve ser enviado a todos os envolvidos, conformando um processo transparente e aberto.

A visita dos avaliadores aconteceu entre os dias 29 e 31 de outubro. Foram entrevistados a direção, coordenador(es) do Curso, docentes e facilitadores, responsáveis pela Secretaria Escolar, Centro de Documentação e Biblioteca, Centro de Desenvolvimento Educacional em

Saúde e alunos - egressos e em formação. A partir daí, o relatório deve ser consolidado e encaminhado ao Comitê de Acreditação, que emitirá o parecer final.

De acordo com a coordenadora do GT, os próximos passos a serem executados do projeto brasileiro de acreditação pedagógica são:

- Concluir e validar os documentos de suporte à acreditação;
- Discutir a estrutura de governança;
- Definir a composição e atribuições do Conselho e do Comitê de Acreditação;
- Elaborar o material para formação do Comitê de Acreditação e Avaliadores Externos;
- Formar componentes dos Comitês e Avaliadores Externos;
- Assegurar fonte de financiamento;
- Articular com outras instâncias como MEC, CONASS e CONASEMS.

Síntese: Desde o início de 2012, quando foi reativada a articulação com a EHESP até esta data estes foram os avanços alcançados e os desafios que temos a enfrentar no âmbito da acreditação pedagógica de cursos lato sensu em saúde pública.

Christian comentou que a proposta brasileira alcançou um nível muito elaborado, mas disse não ter ficado muito clara a nomenclatura a ser utilizada para o ator que fará a visita a Escola. Havia, entre o grupo, uma dúvida quanto à terminologia a ser utilizada (“acreditador”, “avaliador” e “avaliador externo”) e para Chauvigné é imprescindível que os conceitos e funções dos envolvidos no processo estejam claros e separados. Consensuou-se que “acreditadores”, como disse Chauvigné, são aqueles que participam do Comitê Acreditador, enquanto os “avaliadores externos” são aqueles que se deslocam ao local acreditado.

O professor de Rennes disse também que o Avaliador Externo não deve pertencer à Escola que terá seu curso acreditado, por uma questão de equidade. Para ele, avaliadores e acreditadores precisam ser formados, embora o último não avalie. O ponto mais importante é que todos os dispositivos, e suas etapas, estejam cobertos de confiança e livres de uma postura inquisidora.

Caso o relatório final resulte numa má avaliação, pode-se pedir ao centro formador que o reveja. Da mesma forma, quando um centro se sente injustiçado também poderá acionar o Comitê para que o reencaminhe ao Conselho. No término de uma visita externa os avaliadores devem, antes de entregar o relatório final, transmitir oralmente, de maneira rápida e concisa os pontos positivos e negativos sobre a avaliação feita na instituição.

O Comitê dever ser integrado por pessoas preferencialmente com espírito aberto, de referência em suas áreas. O ideal seria organizar uma composição que privilegiasse o equilíbrio entre representantes dos Centros Formadores e das áreas específicas. A Abrasco e a Rede de Escolas poderiam propor tais nomes. Não é uma escolha banal e não deve ser delegada à pessoas que defendem interesses próprios.

O Comitê é a instância onde se tomariam todas as decisões, e por isso sua constituição deve ser proposta e implantada pela Agência Acreditadora que, por sua vez, deve ser amplamente representativa. “É no âmbito da Agência que o referencial da Qualidade deve ser discutido”, argumentou.

Ainda sobre a Agência Acreditadora, Chauvigné disse que a solução ideal é que sua composição integre diferentes atores do processo: Abrasco, Conass, representantes da formação, etc. Tal equilíbrio deve também ser perseguido no interior do Comitê de Acreditação, cujo trabalho, na sua opinião, é o mais difícil, acrescentando que para funcionar bem o Comitê não pode ter mais do que dez ou doze membros.

Para ele, é a regulação do processo acreditador pelo Estado não costuma funcionar tão bem como uma Agência criada e gerida pelos próprios participantes. Ressaltou que não há uma receita estrita a ser seguida, e que “existem tantas práticas quanto agências”, que riscos existem e serão evidenciados durante o processo. Mas, de modo a minimizar tais riscos, é importante estabelecer um documento com as atribuições dos integrantes, de modo a garantir que o Conselho nomeie o Comitê (dando-lhe assim legitimidade política) segundo um perfil já previamente estabelecido.

Chauvigné enfatizou que a prioridade para o projeto brasileiro naquele momento era a formação do Comitê, que por sua vez, deve gerar a Agência Acreditadora para que sejam definidas suas bases jurídicas, sua constituição e seu modelo de financiamento.

Com referência às ferramentas e à experimentação na prática, Rosa Souza falou que os documentos de suporte à Acreditação pedagógica (Manual de Acreditação Pedagógica, Referencial da qualidade, Termo de Adesão) ainda passarão por revisão e discussão dentro do grupo.

Rosa Souza enfatizou que o movimento não teria avançado se não tivesse havido um movimento da Escola do Ceará em aderir ao processo, e que a escola se mobilizou internamente para elaborar o relatório de autoavaliação.

Murilo Wanzeler argumentou que o movimento colocado entre o pedido de uma instituição para ser acreditada e a avaliação é muito rico, sobretudo a construção do relatório de auto avaliação, que mobiliza, determina posições e referencia o padrão de qualidade. Chauvigné completou que, quando os avaliadores externos encontram uma autoavaliação bem feita, o diálogo entre acreditadores e acreditados é favorecido. Para ele, o tempo mínimo para a autoavaliação é de três meses.

A professora Carmem Machado, do Mato Grosso reforçou a importância do processo, e o professor George Bernardo, de Goiás, pediu a organização e divulgação da agenda das oficinas previstas para 2014.

Ondina Canuto falou da experiência da Escola do Ceará na vivência de experimentação ocorrida em 2013. A regularidade dos cursos como fator preponderante e ressaltou que a confiança é a palavra de ordem de todo o processo. Considerou também que o processo acreditador é um fator de mobilização dos docentes e das Escolas.

Nelson Barbosa de Goiás apontou o processo acreditador como um caminho para identificar problemas e encontrar soluções.

Tânia Celeste, Secretária Executiva da Rede, ressaltou a importância do processo de auto avaliação realizado pela Escola.

Maria Lúcia, da Secretaria executiva da Rede, ressaltou a importância do aprendizado coletivo e como esse fator é visto pelo processo.

Ivana Barreto, do Ceará, comentou sobre a Fragilidade das instituições, desde o ensino fundamental.

Considerações finais do Professor Christian Chauvigné

Chauvigné fez uma apreciação final dos debates ocorridos no evento, ressaltando a maturidade do processo que está sendo conduzido pela Rede aqui no Brasil. Pontuou que serão necessários outros momentos para avançar e relacionou alguns pontos que considera cruciais para esses desdobramentos: o processo de auto avaliação e os referenciais devem ser lidos e criticados com identificação de quais têm poder de transformação. Sugere que o tempo mínimo para a realização de uma avaliação é de 3 meses e quando avaliadores externos encontram uma auto avaliação bem feita e consiste, as instituições assumem seus pontos fracos e se estabelece um rico diálogo.

Pontuando que algumas instituições podem ter maior poder de autocrítica do que outras, o consultor advertiu que as Universidades precisam sair de seu arcabouço disciplinar para o arcabouço da competência, pois está a serviço da sociedade. Por isso a profissionalização é importante e deve se questionar a aplicação do conhecimento no âmbito profissional.

Nesse sentido, avaliar significaria verificar se a instituição e o ensino estão adequados às necessidades sociais e à construção de competências. Seria preciso tesar isso na prática, Christian aprimorou que não são estruturas teóricas que definem competências.

Para ele, no término de uma visita externa, os avaliadores devem transmitir s pontos positivos e negativos sobre a avaliação realizada naquela instituição.

Por fim, afirmou que o referencial deve ser enviado para todos os envolvidos, conformando um processo transparente e aberto.

16.11.2013 (painel) – A Formação de Avaliadores Externos

Palestrante: Arnold Magdelaine, Consultor da École de Hautes Études en Santé Publique

Coordenação: Haroldo Pontes, representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS)

O professor Haroldo Pontes, representante do CONASS destacou a importância dessa reunião e saudou o palestrante, representante da École de Hautes Étude em Santé Publique, e desejou a todos um bom debate. Destacou o trabalho experimental inicial coordenado pelo GT de Acreditação em João Pessoa e também o êxito da experiência realizada em Fortaleza. Haroldo Pontes acrescentou ainda que o maior desafio é o convencimento dos benefícios da contribuição da Acreditação Pedagógica a partir da análise dos seus resultados. Adverte que não existe ainda uma avaliação do impacto da formação em serviço.



Saudação do Presidente da ABRASCO aos participantes do evento

O presidente da ABRASCO, professor Luis Eugênio Portela esteve presente no evento dirigindo aos participantes uma mensagem de apoio e incentivo ao processo acreditadora em elaboração e à implantação da Agência Acreditadora que será realizada na ABRASCO.

O presidente da ABRASCO destacou que a Acreditação pedagógica pode contribuir para a melhoria do ensino e das práticas de saúde, “processo fundamental para o SUS que sonhamos”.

Reforçou ainda o apoio e compromisso da ABRASCO com a Agência Acreditadora, colocando-se à disposição para superar os desafios inerentes à consolidação desse processo. O professor Luis Eugênio vê a Agência como um processo de educação para a democracia.

Arnold Magdelaine apresentou a ferramenta eletrônica que é utilizada para a autoformação dos avaliadores externos. O site está disponível em: fomation.audit.ehesp.fr. Segundo o professor, o site é autoexplicativo e foi alvo de um grande trabalho conceitual para sua criação. Ele disse ainda que sua estrutura é totalmente adaptável e que sua elaboração permitiu a instrumentalização do conceito de competência. A ferramenta proporciona o armazenamento de documentos e, em breve, será traduzida para o português, podendo ser baixada em PDF.



Arnold destacou que o Grupo de Trabalho deverá, desde já, desenvolver um instrumento de acompanhamento, e que a experiência não basta para ser um bom avaliador. O chefe da missão, principalmente, precisa ser muito bem formado. A formação proposta é de 20 horas e não deverá utilizar só a sala de aula, mas a formação prática.

Todo o aspecto metodológico das visitas deve ser bem dominado, assim como os aspectos relacionais e a postura do avaliadores. Os candidatos a avaliador poderão enviar uma carta de intenção ao sistema acreditador no momento da candidatura, justificando sua competência para este trabalho.

Roseana Meira, do GT de Acreditação, perguntou à Arnold se quem indica o avaliador é o Comitê. Arnold respondeu que, a princípio, não há razão para que as pessoas que atualmente compõem o comitê não possam se candidatar, mas que isso precisará estar definido por regras claras. O importante é que não haja conflito de interesses.

Finalmente, Arnold sugeriu que a agência promova encontros no formato de seminários para os avaliadores, momento em que deverão interagir e se atualizar. Ele lembrou também que são os avaliadores externos a interface entre a Agência e a instituição, sendo estes atores fundamentais para o processo.

Principais desdobramentos/encaminhamentos

- Fazer com que a acreditação seja vista como prioridade para evoluir na questão do financiamento;
- Reconhecimento da importância da inserção dos dois ministérios (Saúde e Educação);
- Alcançar o apoio e o retorno da acreditação para as escolas, de forma que motivem as adesões à Acreditação pelas Escolas da Rede;
- Deve-se discutir uma pauta para o encontro da Rede (qualidade abordada por Christian e a discussão do referencial de competências);
- Lançar informações que esclareçam para a sociedade o que é a acreditação;
- Que a oficina reforce a necessidade de aprovação de projeto no âmbito do Ministério;
- As instituições devem integrar a Agência através dos seus Conselhos;
- Aplicação da acreditação nas residências profissionais, as quais não tem acompanhamento de sua qualidade e adequação para a sociedade